

## Em busca de um modo de produção de bens comuns: primeira aproximação

Dante Chiavareto Pezzin<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao longo da segunda década do século XXI, tem-se observado a crescente inadequação entre o modo de produção capitalista, suas condições políticas, econômicas e culturais de funcionamento e a constituição de uma forma de se produzir e de viver racional, planejada e justa. O desenvolvimento tecnológico dos últimos anos proporcionou novas formas de se produzir e relacionar, com impactos relevantes sobre as possibilidades de criação, trocas, decisões políticas, eficiência no uso dos recursos e compartilhamento de valores e experiências em escala global. No entanto, esse processo tem ocorrido de forma rápida e permeado de contradições e, nesse sentido, o artigo procura realizar um resgate das reflexões realizadas sobre o período de transição em períodos anteriores, evidenciando de modo preliminar os problemas teóricos e práticos observados, buscando um diálogo entre esse debate e os autores contemporâneos, que evocam a possibilidade de um modo de produção de bens comuns a partir de elementos já existentes e que podem ser modificados e direcionados para novas formas de convívio social, no sentido de proporcionar a ausência de relações de exploração entre os seres humanos, a continuidade do desenvolvimento de uma base técnica que possibilite uma produção de bens segura, um sistema de decisões coerente e o fortalecimento das relações entre os povos, no sentido de viabilizar a constituição de uma comunidade única em escala global.

**Palavras-chave:** bens comuns, comunismo, economia do compartilhamento, programa de transição

### Introdução e Metodologia

Ao longo da história do modo de produção capitalista, diversos autores apressaram-se em anunciar a existência de condições materiais e subjetivas latentes para a emancipação humana e a construção de uma sociedade livre, sendo essa resumida nas características da *ausência da exploração* entre esses, seu *domínio relativo sobre a natureza* – desenvolvimento tecnológico e científico suficientes para a superação do “reino da necessidade”<sup>2</sup> – e a concretização de uma *comunidade única em escala global*. No entanto, a persistência da hegemonia do capitalismo como modo de produção e de reprodução da vida social ao longo dos últimos três ou quatro séculos tem apresentado, como decorrência,

---

<sup>1</sup> Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ, bacharel e licenciado em Geografia pela UNICAMP.

<sup>2</sup> “O reino da liberdade só começa, de fato, onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente impostas; por natureza, transcende a esfera da produção material propriamente dita (...). Além deste é o que começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho” (MARX, 2008).

o aprofundamento das suas contradições internas e, por consequência, dos próprios pressupostos de uma sociedade livre à escala mundial. O presente artigo procura desenvolver uma primeira aproximação sobre este tema, verificando de forma preliminar o debate sobre o período de transição para o socialismo, no sentido de compreender a abordagem da literatura existente sobre os requisitos práticos necessários para este momento e também promover a reflexão sobre as evidências e as possibilidades concretas de constituição de um modo de produção de bens comuns no período contemporâneo.

Para a realização do artigo, investigou-se de modo não exaustivo os artigos publicados nos Anais dos Encontros Nacionais de Economia Política da Sociedade Brasileira de Economia Política ao longo dos últimos quinze anos, sobre o tema dos programas e problemas de transição para o socialismo, no sentido de se buscar subsídios para a leitura dos autores contemporâneos sobre o tema da transição para o pós-capitalismo e a emergência de uma economia compartilhada no período atual, reconhecendo naquele evento um importante painel da contribuição do pensamento nacional sobre o tema.

## **1. Século XIX: a emancipação da humanidade como hipótese concreta**

Ao menos desde o momento que antecede a Revolução Francesa reconhece-se a possibilidade da integração entre os povos e a constituição de um modo de produção que impedisse a exploração entre os seres humanos, ainda que naquele momento o modo de produção capitalista estivesse se desenvolvendo plenamente apenas em regiões restritas do globo terrestre. No século XIX, ainda, é possível encontrar uma literatura sobre a tendência estrutural que o capitalismo teria em viabilizar a existência dos pressupostos de uma nova sociedade, como decorrência não intencional de sua dinâmica própria, relativa à centralidade do valor e a incessante busca pela mais-valia, processos históricos transitórios na história da humanidade, como bem explicam Prado e Pinto (2012).

“Nos Grundrisse de 1857-1858, [Marx] sustenta que esse modo de produção vai criar, aos poucos, conforme ele evolue na história, as condições para a deposição do valor como princípio regulador da produção capitalista. Marx diz aí que a criação de valor de uso dependerá cada vez menos de tempo de trabalho concreto, pois este se reduzirá expressivamente, passando a depender dos conhecimentos científicos e tecnológicos que são mobilizados durante o tempo de trabalho (...). [Diz Marx:] “tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida” (MARX, 2011, p.588). Ora, esse processo histórico pode ser compreendido sinteticamente como aquele em que ocorre a desmedida do valor, condição prévia para a sua completa deposição no futuro”.

Desse modo, o capitalismo proporcionaria não apenas a deposição do valor no longo prazo (processo que tornaria sua existência cada vez mais contraditória e supérflua para a sociedade), como também formaria as condições necessárias – ainda que de modo não intencional – para a emancipação dos seres humanos sobre o processo de produção, na medida em que transferisse a execução do trabalho socialmente necessário para máquinas, sistemas de decisão automáticos e demais mecanismos poupadores da força de trabalho. Tal tendência viabilizaria as possibilidades históricas da produção de bens e a execução de serviços em escala suficiente para um horizonte de planejamento seguro da satisfação das necessidades sociais, além da redução da jornada de trabalho, sua desalienação e a livre associação entre os seres humanos. Restaria então a adequação necessária entre a “forma” herdada do último modo de produção, baseado na exploração entre os seres humanos, e o “conteúdo” desejado e possível da nova sociedade, baseado nos princípios da emancipação da humanidade<sup>3</sup>.

Não apenas como decorrência teórica e lógica do modo de produção capitalista, a possibilidade concreta de uma sociedade livre é evocada também por Marx já no século XIX, como no exemplo da defesa que o autor faz da Comuna de Paris em 1871 (ARAÚJO, 2014). No entanto, o debate sobre o período de transição para um modo de produção avançado parece não ganhar fôlego nesse século, resumindo-se nos embates entre socialistas utópicos e científicos e as reflexões de Marx e Engels acerca da teoria da história e os princípios de funcionamento dos diversos modos de produção existentes ao longo da história dos povos e civilizações, o que não afastou Marx e Engels de tecerem comentários sobre um período de transição, como visto nas anotações do primeiro autor, comentadas por Paulo Araújo (2014, p.21).

“...o proletariado, nesse momento inicial do processo revolucionário, em que a velha organização social ainda não desapareceu e “as novas condições econômicas sobre as quais repousa a luta de classes e a existência das classes ainda não tiveram

---

3 Esta tendência do modo de produção capitalista não pode ser confundida com a necessidade do capitalismo para a emancipação da humanidade. Em outros períodos, a história dos povos e civilizações revela uma diversidade de sociedades que vivenciaram experiências de produção farta e/ou de ausência de exploração entre seus habitantes. Contudo, o capitalismo diferenciaria-se das experiências anteriores na medida em que, por seus processos internos e contraditórios, promove a integração econômica entre as sociedades na escala mundial, tornando possível a constituição da humanidade enquanto gênero, a partir da existência de uma comunidade em escala global, na medida em que desenvolve uma base técnica para alcançar novos mercados. O tema será tratado mais adiante.

desaparecido (...)” (MARX, 2012, p.111), terá que aplicar meios de governo, de coerção, para extirpar e fazer desaparecer as antigas condições econômicas e as classes que sobre elas repousam”.

Ao comentar sobre o funcionamento do modo de produção no período de transição, Araújo (2014, p.23) defende que para Marx:

“Nessa fase, socialista, o direito burguês ainda opera, devido à base econômica estreita herdada e às marcas morais e espirituais herdadas. O produtor individual recebe de volta da sociedade exatamente aquilo que deu à sociedade. E isso, possivelmente regulado pelas horas de trabalho de sua jornada de trabalho, que é parte da jornada social de trabalho. Como contrapartida das horas de trabalho, ele recebe certificados com os quais tem acesso aos meios de consumo equivalentes ao seu trabalho. Ainda que o mesmo princípio de equivalência da troca de mercadorias opere aqui, há uma mudança de forma e conteúdo, pois ninguém pode dar nada além de seu trabalho e nada pode ser apropriado além dos bens de consumo. No entanto, essa igualdade se dá entre indivíduos que são desiguais em capacidade de trabalho, intelectual, necessidades físicas, etc”.

A proposta – ou decorrência lógica – dos “certificados de trabalho” ou “vales de papel” aludida por Marx e Engels como meio de distribuição no período de transição também é comentada em artigo de Augustin (2013), onde o autor relembra a origem desses meios de distribuição em Robert Owen (socialista utópico) e a diferença desses em relação aos salários, constituindo-se como mero equivalente da quantidade de trabalho oferecida pelo indivíduo, para que este possa retirar uma quantidade proporcional de meios de consumo no estoque social da produção, em um momento onde já não existiria o valor como categoria constitutiva dos processos de intercâmbio e os próprios “certificados” ou “vales” não circulariam e, portanto, não teriam a mesma função do dinheiro na sociedade capitalista. Augustin (2013, p.13) cita também um trecho de uma carta de Engels para C. Schmidt em 1890 sobre a distribuição de produtos na sociedade futura.

“There has also been a discussion in the Volks-Tribune about the distribution of products in future society, whether this will take place according to the amount of work done or otherwise. The question has been approached very “materialistically” in opposition to certain idealistic phraseology about justice. But strangely enough it has not struck anyone that, after all, the method of distribution essentially depends on how much there is to distribute, and that this must surely change with the progress of production and social organization, so that the method of distribution may also change. But everyone who took part in the discussion, “socialist society” appeared not as something undergoing continuous change and progress but as a stable affair fixed once for all, which must, therefore, have a method of distribution fixed once for all. **All one can reasonably do, however, is 1) to try and discover the method of distribution to be used at the beginning, and 2) to try and find the general tendency of further development. But about this I do not find a single word in the whole debate**” (grifos meus).

Observa-se, portanto, que apesar de debatido em linhas gerais, o tema sobre o

período de transição não alcançou no século XIX uma reflexão muito avançada em termos práticos, com Marx e Engels aparentemente evocando a proposta de um socialista-utópico e, no mais, diferenciando-se dos autores dessa corrente ao constatar a necessidade de se *descobrir* e não de criar um método de distribuição no período de transição. Ao comentar sobre o “quanto” há para se distribuir e como se dará o progresso técnico na futura forma de organização social, Engels se depara com as condições objetivas que são possíveis de se desenvolver na nova sociedade, herdadas as condições do período anterior e, desse modo, converge com Marx em sua teoria sobre os modos de produção.

“Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhes substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 1973, p.28-29).

Esse trecho extraído da Contribuição para a Crítica da Economia Política indica a necessidade de uma observação atenta e pragmática sobre quais os elementos dentre as condições objetivas existentes no modo de produção capitalista, indicam a possibilidade de construção de um novo modo de produção que permita a emancipação da humanidade. Não se trata da simples tomada de controle sobre as forças produtivas já existentes para a construção de novas relações de produção, pois então, se estaria diante de um dilema não resolvido entre “forma” e “conteúdo”. Dessa forma, a transição para uma sociedade livre exigiria o desenvolvimento de novas relações de produção e a progressiva adequação das forças produtivas herdadas a essas.

“Nada mais usual do que a ideia de que na história até agora tudo tem consistido na ação de “tomar”. Os bárbaros tomam o Império Romano e com esse fato explica-se a transição do mundo antigo para o mundo feudal (...). Finalmente, a ação de tomar termina sempre rapidamente, e quando já não há mais nada a tomar é necessário que se comece a produzir. Dessa necessidade de produzir, que logo se manifesta, decorre que a forma de comunidade adotada pelos conquistadores instalados no país necessariamente corresponder à fase de desenvolvimento das forças produtivas ali encontradas; ou, quando não é esse o caso desde o início, deve a forma de comunidade transformar-se em função das forças produtivas” (MARX, 1991, p.115).

O trecho acima citado de A Ideologia Alemã é fundamental para a reflexão sobre o inevitável período de transição no capitalismo. Uma vez que a forma de comunidade adotada depende da fase encontrada do desenvolvimento das forças produtivas, pode-se dizer que existiria um momento mais propício para a efetivação de uma nova sociedade no modo de produção capitalista? Se sim, como identificá-lo de forma prática, para além das

reflexões sobre os limites do capitalismo observados em suas tendências gerais (deposição do valor, desenvolvimento das sociedades por ações, etc)? O próprio autor fornece uma segunda via, ao afirmar que se este não for o caso, a comunidade se transforma em função das forças produtivas. Contudo, sob esta alternativa, estaríamos diante de uma flexibilização da noção de emancipação da humanidade entendida como possibilidade histórica (e decorrência do desenvolvimento histórico dos seres humanos), convertendo-a em projeto político, que confrontaria as condições objetivas ainda não plenamente desenvolvidas. Teria sido este o caso nas revoluções observadas ao longo do século XX?

## **2. As experiências revolucionárias do século XX: projeto político de emancipação humana?**

Em outro momento da história dos povos, o debate sobre o período de transição ganha contornos mais nítidos. De forma diversa da experiência da Comuna de Paris e de outros levantes populares que não conseguiram se sustentar por muito tempo no século XIX, a experiência soviética possibilitou novos avanços sobre a compreensão das necessidades objetivas e subjetivas do período de transição. Questões teóricas e reflexões acerca das tendências gerais do capitalismo exigiam uma abordagem coerente, respostas rápidas e decisões pragmáticas em direção à construção das condições necessárias para a efetivação do socialismo. Existiriam condições plenas de desenvolvimento das forças produtivas na Rússia à época? O valor enquanto categoria transitória já teria esgotado seu papel regulador do modo de produção capitalista naquele momento? A base técnica existente – ciência, tecnologia, transportes e comunicação – era suficiente para a constituição de uma comunidade única em escala global entre os seres humanos? Como as diferenças culturais poderiam ser abordadas nesse momento, garantindo o respeito necessário à diversidade e a autodeterminação dos povos e permitindo a formação dos elementos identitários necessários para a efetivação dessa comunidade única, do modo mais orgânico possível?

No calor da Revolução Russa de 1917, a despeito do esforço empreendido no debate realizado pelos quadros teóricos e dirigentes do Partido Comunista e dos *soviets*, as decisões relativas aos princípios fundamentais e as necessidades latentes de um período de transição inevitavelmente adquiriram um caráter bastante pragmático, acirrando-se diante

da situação agravada pela I Guerra Mundial, a posterior Guerra Civil e o risco da fome (AUGUSTIN, 2014). Os dirigentes do processo revolucionário debatiam sobre a adequação entre a “forma” herdada do período anterior e o “conteúdo” pretendido para o novo modo de produção, pressionados, de forma bastante prática, pela necessidade de uma rápida recuperação da produção do país, decorrente da destruição causada pelas guerras, boicotes externos e os conflitos políticos internos do momento. Desse modo, o debate sobre a base material adequada à constituição de uma sociedade livre ganha um forte fator complicador.

Para além dos problemas relativos às guerras, observava-se na Rússia, ainda, diversos elementos que contribuiriam de forma decisiva para tornar o possível período de transição ainda mais complexo e que aparentemente não haviam sido suficientemente abordados de modo prático nos debates anteriores sobre o tema: trabalhadores ainda não constituídos totalmente como proletariado, baixo nível educacional da maioria da população, sinais evidentes de sistemas de gerenciamento da produção pouco desenvolvidos, forte grau de ruralização da sociedade russa e esparsa integração entre suas cidades e povoados (AUGUSTIN, 2014). Tais elementos forçaram a opção pela economia de guerra, e, posteriormente pela Nova Política Econômica (NEP) que, por suas características, favoreceram a adoção de medidas de caráter pragmático, hierárquicas e centralizadas, dificultando a organicidade entre o sistema de decisões da nova sociedade e seus participantes e a elaboração da necessária estratégia de adequação entre a “forma” herdada do modo de produção (forças produtivas e meios de intercâmbio) do período anterior e o “conteúdo” desejado pelas forças sociais alçadas ao poder do Estado para proporcionar a constituição de uma sociedade livre. Ainda que os *soviets* tivessem se desenvolvido e desempenhado papel fundamental para a concretização do processo revolucionário e o estabelecimento de um sistema de decisões coletivo, a conjuntura da “economia de guerra” acabou por inviabilizar sua continuidade.

Desse modo, a organização do trabalho nas fábricas – componente decisiva do modo de produção na época – acabou assumindo uma forma bastante semelhante às práticas tayloristas do capitalismo à época, mantendo o estímulo à produtividade individual (salário à peça), aprofundando a separação entre trabalho manual e intelectual e inviabilizando a longo prazo a redução da jornada de trabalho – fatores decisivos para a superação do “reino da necessidade” (AUGUSTIN, 2014). Além disso, a “economia de

guerra” também estimulou um sistema de gerenciamento que centralizava as decisões em dirigentes nomeados pelo Estado, estimulando o burocratismo. Desse modo, buscava-se garantir a continuidade da produção, com um sentido muito prático, ignorando-se as consequências que as características desse modo de produção transitório gerariam para as práticas cotidianas, o hábito e demais elementos culturais fundamentais para proporcionar a emancipação dos seres humanos e a formação de uma nova vida social.

De acordo com Augustin (2014), Lênin havia estudado o funcionamento do sistema taylorista de organização da produção ainda antes da Revolução Russa, denunciando as consequências de maior exploração dos trabalhadores. No entanto, o mesmo autor já destacava a importância da racionalização da produção que o sistema tinha por objetivo, sendo possível aproveitar as contribuições positivas que o taylorismo poderia oferecer para um modo de produção alternativo (controlado pelos trabalhadores), no sentido de aumentar a produtividade e reduzir a jornada de trabalho, propiciando maior tempo livre disponível aos indivíduos para desenvolverem suas potencialidades. Logo após a Revolução e a adoção da “economia de guerra”, organizavam-se o Instituto Central do Trabalho (1920) e a Gosplan (1921) e realizavam-se “Conferências Sobre a Organização Científica do Trabalho” (1921 e 1924), de onde aprovaram-se a adoção de medidas de incentivo monetário ao aumento da produtividade individual dos trabalhadores e a adoção da organização do trabalho sob práticas tayloristas, com sistemas de decisão apresentando traços cada vez mais burocráticos e autoritários (AUGUSTIN, 2014). Dirigentes nomeados pelo Estado, maior disciplina na produção e restrições ao direito de greve foram ampliando-se para todos os setores da economia e, com o tempo, adquiriram caráter permanente<sup>4</sup>.

As dificuldades enfrentadas ao longo da década de 1920 para a consolidação de um modo de produção alternativo no período de transição geraram consequências não apenas

---

4 Durante o período inicial da Revolução Russa, Augustin (2014) destaca quatro tendências de propostas para a organização da produção. Trotsky evocava a mais radical, residindo na “militarização do trabalho”, que seria inevitável para o período de transição e caracterizada pela direção unipessoal das fábricas e o trabalho compulsório. Lênin concordava com essa direção unipessoal, responsável pela distribuição dos salários, fundos, rações, uniformes e demais recursos, criticando a direção coletiva pelo desperdício de energias, mas defendendo maior independência dos sindicatos na defesa dos interesses da classe trabalhadora e ressaltando a importância do aproveitamento dos especialistas “herdados” do modo de produção anterior na gestão. Bukhárin, por sua vez, concordava com a direção unipessoal, mas defendia a eleição dos dirigentes sindicais em oposição à indicação do Partido. A quarta visão, da “Oposição Operária (A. Kollontai), era a única que criticava a direção unipessoal, evocando a necessidade da direção coletiva, com participação dos sindicatos na gestão das fábricas, garantida a autonomia frente ao Partido (AUGUSTIN, 2014).

sobre as possibilidades de organização prática e os sistemas de gerenciamento da produção na União Soviética, mas também desaguaram no debate sobre a necessidade do desenvolvimento de forças produtivas – ainda que organizadas sob formas não emancipatórias do ser humano – para proporcionar a condição do desenvolvimento tecnológico e científico *necessário* para a superação do “reino da necessidade”. Nesse sentido, o caráter provisório do esforço sobre o aumento da produtividade no momento da “economia de guerra”, de forte instabilidade política e econômica, passa a ser tratado sob um argumento de longo prazo – a acumulação primitiva socialista - evidenciando a forte possibilidade da ausência de condições das bases materiais necessárias à emancipação da humanidade naquele momento da história dos povos. A partir daí, o esforço e abnegação individual evocados como necessidade temporária da “economia de guerra” e de um período de transição não demasiadamente longo converte-se numa verdadeira “ideologia do trabalho”, cuja produtividade individual passa a se identificar com a contribuição de cada ser humano para a construção de uma nova sociedade, suficiente para imprimir a moral e os valores necessários à construção de novos seres humanos, na medida em que esses adquirem consciência sobre a importância do indivíduo no trabalho coletivo.

O culto ao trabalho observado ao longo da história das experiências socialistas do século XX demonstra uma verdadeira ideologia da produtividade, como ilustram o exemplo propagandeado pelo mineiro soviético que em 1935 teria extraído com sua equipe 102 toneladas de carvão em um único turno, a competição de empilhar tijolos para a construção de casas na Polônia ou, ainda, a obsessão cubana com a safra de 10 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 1970. As experiências do século XX não apenas promoveram uma “ideologia do trabalho”, mas também não conseguiram reduzir as jornadas mínimas de trabalho para abaixo de 8 horas diárias, mantiveram a especialização entre trabalho intelectual e manual e isolaram os sistemas de decisões para os quadros técnicos e dirigentes de partidos, concentrando tarefas de forma contraproducente e estimulando o burocratismo. Tais características não apenas são contraditórias com qualquer modo de produção emancipatório como também, se introduzidas por um período demasiadamente longo, provavelmente inviabilizam, pelo hábito que imprime às pessoas, a organicidade necessária entre o modo de produção transitório, o próprio processo revolucionário e a população que participa desse momento histórico, na medida em que estimulam valores,

hábitos, representações simbólicas, práticas cotidianas e instituições, que tendem a reforçar o próprio modo de produção transitório, convertendo-o em permanente, em vez de proporcionar as bases técnicas para um modo de produção avançado, que viabilizasse a emancipação da humanidade<sup>5</sup>.

Assim, para além da constatação de que a instabilidade política e econômica da União Soviética forçaram debates e decisões precipitadas, ou, ao menos, destituídas de condições adequadas para a organização necessária ao período de transição, a própria experiência vivida pelos participantes da Revolução Russa e de seus desafios posteriores inevitavelmente engendraram mudanças sobre o comportamento, *habitus* e a reflexão sobre os rumos do processo revolucionário por parte dos quadros teóricos à época. Apenas alguns anos após a defesa da “militarização do trabalho”, Trotsky (2008, p.15-17) insistia no problema dos dirigentes – e não sobre as condições objetivas e subjetivas – em sua proposta para um programa de transição:

**“A premissa econômica da revolução proletária já alcançou há muito tempo o ponto mais elevado que possa ser atingido sob o capitalismo.** As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos não conduzem mais a um crescimento da riqueza material (...). Os falatórios de toda a espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam ainda “maduras” para o socialismo são produto da ignorância ou de um engano consciente (...). A crise histórica da humanidade reduz-se à crise de direção revolucionária” (grifos meus).

Desse modo, observa-se que a experiência histórica individual do autor conduz sua reflexão no sentido de acreditar que o problema do período de transição reduziria-se ao problema moral da direção do partido revolucionário, o burocratismo e a aristocracia pós-stalinista, ignorando toda a espécie de consequência produzida pela “militarização do trabalho” (e até mesmo a origem de sua necessidade) entre a população russa e a concentração de decisões políticas nos quadros do partido, decorrente do período de instabilidade no país. Consequências de ordem cultural, hábito individual e identitárias, que a partir de certo ponto adquirem protagonismo na compreensão do insucesso das experiências revolucionárias do século XX, na medida em que distanciam o modo de

---

<sup>5</sup> A noção de *habitus* desenvolvida por P. Bourdieu resume a centralidade do trabalho, que deve ser observada com atenção no período de transição entre as “formas” herdadas de um modo de produção anterior e o “conteúdo” desejado para uma nova sociedade, na medida em que se coloca enquanto elemento mediador entre subjetividade e objetividade e a relação dialética entre as condições materiais de existência, a consciência e as práticas cotidianas (BERG, 2018).

produção possível no período de transição das condições necessárias à emancipação humana: desalienação do trabalho, existência de elementos orgânicos entre a população e o sistema de decisões, entre o controle dos meios de produção e a comunidade e das condições básicas para a livre associação. O trabalhador soviético continua a trabalhar para formar excedente para outro (dessa vez, o Estado) e sobre esse não pode fazer nada a não ser confiar na direção revolucionária ou, talvez, trabalhar para se constituir como quadro dirigente, e somente assim, converter-se em protagonista da história do país. Tal condição parece ser muito distante do quadro pintado em termos teóricos para o período de transição.

Para efeito de comparação, a experiência cubana se constituiu como um processo revolucionário cujas condições do modo de produção capitalista estavam tão ou ainda mais incipientes do que as observadas na revolução soviética. Nesse momento, chama a atenção o esforço quase hercúleo dos dirigentes, diante da concentração de tarefas no momento imediatamente posterior ao processo revolucionário, decorrentes da necessária resistência às ofensivas contra-revolucionárias e da necessidade prática de organização do modo de produção de uma sociedade cujo Estado não era mais controlado pelo capital (TAIBO II, 2008, p. 340).

“Entre os problemas que recebem como herança, está o fato de que começa a cair nas mãos do Ministério da Indústria grande quantidade de pequenas oficinas – “chinchales” – que se mantêm funcionando para não aumentar o desemprego. *Recebemos um presente pouco agradável. Trata-se de um galpão com sete operários, onde não há nem banheiros, a menor automatização e o menor sentido de organização; mas são sete homens que precisam trabalhar.* Também recebe a administração de indústrias artesanais, impossíveis de racionalizar, como por exemplo, a dos calçados, com quinze mil trabalhadores – que não pode ser mecanizada porque ficariam sem emprego milhares de artesãos – e a indústria do tabaco. **A mão de obra que sobrava nas fábricas, faltava no corte da cana ou na colheita do café**” (grifos meus).

De acordo com o excerto observado, a organização do novo modo de produção cubano não parece estar ocorrendo de forma orgânica e no sentido de promover a livre associação, mas sim, controlada pelo Estado, justamente o que Marx recusava ser característico do período de transição em seus embates na “Crítica ao Programa de Gotha”. Mais adiante, observa-se outra ilustração bastante viva do problema da inadequação entre “forma” herdada e “conteúdo” pretendido para a nova sociedade em Cuba.

“Che instala-se no nono andar do edifício A, na Praça da Revolução, em um escritório que, segundo o jornalista Luis Perón, “tinha cara de acampamento” e **tenta encontrar administradores confiáveis; ao mesmo tempo em que enfrenta a falta de técnicos**, tropeça com a iminente crise portuária. Boorstein conta: “todo

o sistema portuário de Havana estava projetado para receber o ferry de Palm Beach e o SeaTrain de New Orleans, que em cinco dias e com um simples telefonema colocavam aqui uma peça de reposição. Muitos produtos chegavam em vagões das empresas estadunidenses e iam do porto para as fábricas cubanas”. Nunca tinham chegado navios de mais de 5000 toneladas. A partir desse momento, as coisas mudam; não há espaço suficiente nos armazéns, etc. **Os soviéticos precisam inventar um detergente para limpar os tanques dos navios petroleiros em Havana, para que navios que chegam com petróleo possam voltar carregando açúcar**” (grifos meus) (TAIBO II, 2008, p.336).

Reforça-se o papel central do Estado na organização do modo de produção, algo totalmente distinto do cenário imaginado para o período de transição. Na conjuntura de instabilidade política e econômica, bastante estimulada pelos Estados Unidos, o país se viu obrigado a aderir ao bloco soviético, e, desse modo, especializar sua economia de forma centralizada e participar de uma divisão internacional do trabalho. Não demora muito para os dirigentes cubanos também se depararem com o burocratismo, inevitável tendência em um modo de produção controlado de forma centralizada e com pouco espaço para a livre associação entre as pessoas.

“Os primeiros passos como Estado revolucionário estavam imbuídos dos elementos fundamentais da tática guerrilheira como forma de administração estatal (...) as guerrilhas administrativas chocavam entre si produzindo contínuos confrontos, ordens e contraordens (...). *Depois de um ano de dolorosa experiência (...) era imprescindível modificar totalmente o nosso estilo de trabalho e voltar a organizar a estrutura governamental de maneira racional (...)*<sup>6</sup>; como contramedida começaram a se organizar fortes sistemas burocráticos” (TAIBO II, 2008, p.340).

Começam a aparecer outras características semelhantes às observadas nos primeiros momentos da Revolução Russa: o debate sobre a **necessidade de uma acumulação primitiva socialista**, o papel do **valor enquanto categoria persistente no período de transição** e a importância da **consciência**, o **trabalho voluntário** e a **educação** como estímulos para a produção individual. O então Ministro da Indústria, Ernesto Guevara, criticava os estímulos materiais – prêmios e bens de consumo – presentes na economia soviética em plena década de 1960. Ambos os países, no fundo, estavam lidando com a falta de organicidade do próprio modo de produção, seu sistema de decisões e a população, os indivíduos que no limite compõem em conjunto a categoria “humanidade”, quando se fala em emancipação humana. Guevara resumiu o problema em suas anotações pessoais, ao afirmar sobre o sistema de decisões nas fábricas, que “Eles [os operários] vão às

---

<sup>6</sup> Os excertos grifados em itálico nas citações de Taibo II (2008) referem-se às anotações do diário de Ernesto Guevara e os grifos em negrito são meus.

assembleias para cumprir ordens e não acham que as coisas sejam realmente solucionadas ali” e ainda sobre o modo de produção, “A alavanca do interesse material no socialismo (...) não chega a iluminar os olhos dos mais ambiciosos, nem penetrar na indiferença dos outros” (TAIBO II, 2008, p.402-403). A ausência de condições objetivas e subjetivas para a constituição de uma sociedade livre, portanto, implicava no invencível burocratismo decorrente de uma sociedade organizada de forma vertical, como decorrência da instabilidade política e econômica e do grau de violência disponível à reação da classe dominante no processo revolucionário.

Os exemplos históricos comentados nessa seção ilustram a hipótese de que uma revolução no século XX, pela inevitável violência de um processo de tal magnitude nesse período histórico – tanto na organização para o assalto ao poder quanto na reação desproporcionalmente violenta da classe dominante – parecia exigir, inevitavelmente, condições objetivas de instabilidade política e econômica, as quais quase que necessariamente dificultavam ou até mesmo inviabilizavam a organização do modo de produção e da nova vida social no período de transição. É possível, portanto, que ao longo do século XX não estavam dadas as condições materiais e subjetivas necessárias à constituição de um modo de produção alternativo que promovesse a emancipação da humanidade, e, nesse sentido, a construção de uma sociedade livre à escala planetária parece ter sido defendida nesse momento enquanto *projeto político* e não como *possibilidade concreta*, o que, de acordo com o debate observado em Marx e Engels, necessariamente resultaria na mudança dos termos da nova sociedade (MARX, 1991).

### **3. Estaríamos, a humanidade, em um período de transição no século XXI?**

A despeito do movimento recente de alguns países centrais adotarem posturas protecionistas – inclusive no que se refere à migração de pessoas e afirmação de identidades locais – a progressiva integração econômica dos mercados continua em seu movimento geral, estimulando o surgimento de inovações tecnológicas e novas possibilidades de comunicação e deslocamentos entre as pessoas, a concentração da população global no meio urbano e a crescente precarização das relações de trabalho. Tais tendências têm implicado em estímulos para o desenvolvimento de novas formas de se produzir e de realizar intercâmbio, além de influenciar nos fatores relacionados à formação

das identidades culturais, na medida em que promove o cada vez maior convívio com a diferença. Por sua vez, a persistência da dinâmica cíclica do capitalismo, sua incapacidade de se adequar a um sistema político diferente dos sistemas democrático-representativo ou ditatorial em escala nacional, o visível fracasso na coordenação de políticas globais de sustentabilidade ambiental, a expansão sem precedentes de sua componente financeira e o desempenho medíocre das taxas de crescimento global desde o final dos anos 1970 são fatos que ilustram a conclusão de que é cada vez mais evidente a inadequação deste modo de produção à alocação planejada, racional e justa dos recursos da humanidade. Outra vez mais, no período contemporâneo abundam exemplos de autores que anunciam as condições latentes para a constituição de um modo de produção pós-capitalista. No entanto, observa-se nesse momento um movimento possivelmente distinto desse debate, que se denota na extrapolação da reflexão sobre um modo de produção avançado para além do círculo dos autores marxistas, progressistas ou utopistas. Analistas do próprio mercado, jornalistas e pensadores do campo da tecnologia também figuram, atualmente, entre os autores que investigam e propõem mecanismos de organização das decisões coletivas e da produção alternativos ao capitalismo, exaltando uma possível superioridade de uma “economia baseada na informação” sobre os sistemas de mercado, a partir das possibilidades abertas pela revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) desenvolvidas e difundidas ao longo do novo século, como bem resume Morozov (2018, p.145):

Essas aspirações bastante arraigadas a uma revolução digital transformadora de estruturas são amplamente compartilhadas por todo o espectro político. Há aqueles mais à esquerda, como Paul Mason, para quem a digitalização não só nutre um novo tipo de identidade política e cosmopolita entre os cidadãos, como ainda ajuda a fomentar novas formas, mais flexíveis e descentralizadas de modelos econômicos, permitindo assim que, no futuro, um regime socialista inespecífico evite as armadilhas do planejamento central. Ao centro, existem aqueles – num argumento que inclui muitos grupos ecológicos – que, como Jeremy Rifkin, estão convencidos de que o surgimento da Internet das Coisas vai resultar em mercadorias e em serviços a um custo marginal zero, o que alteraria significativamente as condições das trocas comerciais e dos contratos, abrindo as portas para um futuro mais descentralizado, humanitário e amistoso para o meio ambiente. Por fim, na direita libertária pós-política estão aqueles que, como Ray Kurzweil e Peter Diamandis, os promotores da Singularity University, acreditam que as tecnologias digitais vão mudar radicalmente muitos dos setores estagnados da economia (...) redefinindo o Estado de bem-estar social.

As TICs têm proporcionado mudanças indiscutíveis não só sobre o modo de produção hegemônico, mas também sobre as possibilidades de organização política (e as aspirações de participação social nos processos decisórios), a sociabilidade nas distintas

culturas e o contato entre elas, os hábitos individuais e a consciência. Tais mudanças, em um primeiro momento, parecem apontar dois aspectos cruciais de uma perspectiva emancipadora da humanidade, não necessariamente distintos:

A. A emergência da “Economia do Compartilhamento”

Apesar de não ser uma novidade, as práticas de cooperativismo, redes colaborativas, plataformas de livre associativismo e a difusão de mecanismos de uso de bens e serviços inteligentes entre as pessoas, não apenas ganharam impulso com a revolução das TICs, como também influenciaram na dinâmica da **estrutura de mercados, direitos de propriedade, no sistema de preços, absorção de “externalidades”** e outros temas sensíveis e condicionantes ao modo de produção capitalista, apontando para possibilidades mais eficientes, sustentáveis e justas de se produzir, distribuir e consumir recursos, bens e serviços, sob uma perspectiva unificadora do gênero humano, constituindo esta última a principal diferença dessas práticas com as observadas em períodos anteriores. Ainda que o processo esteja permeado de contradições e em boa medida ainda sendo regulado pela dinâmica dos mercados por meio de práticas monopolistas, autores como Hardt e Negri (2008), Scholz (2017) e Mason (2017) são otimistas e insistem que as TICs poderiam estar corroendo e tornando obsoletos os mecanismos típicos do modo de produção capitalista, numa espécie de transição quase espontânea<sup>7</sup>, que reduz drasticamente os custos de produção em diversos setores, concentra cada vez mais o trabalho socialmente necessário em dispositivos automáticos e restringe a importância do trabalho individual para setores onde as relações pessoais, a flexibilidade de aptidões e a experiência humana ainda são relevantes, reduzindo desse modo a necessidade da jornada de trabalho e deslocando sua prática para temas afetivos e com maior possibilidade de expressão estética, favorecendo elementos condicionantes para a emancipação da humanidade.

B. A proteção e a promoção da “Economia dos Bens Comuns”

Hardt e Negri (2008) e Harvey (2014), elencam entre os “bens comuns” as riquezas naturais (o ar, a água, a vegetação), a herança cultural e científica (o conhecimento, as tecnologias facilmente disponibilizáveis), as infraestruturas (circulação e comunicação, as cidades e os equipamentos urbanos que influenciam na vida social), e até mesmo os

---

<sup>7</sup> Apesar da defesa de um período de transição propiciado pelas TICs, os autores citados não desconhecem a importância e a necessidade da luta política para tornar o novo modo de produção hegemônico.

processos decisórios da política. Para esses autores, o reconhecimento de tais instâncias como “bens comuns”, propicia o desenvolvimento das estratégias de luta política anti-capitalista adequadas ao período contemporâneo, reconhecendo os recursos em comum existentes como campo de reivindicação de uma organização não mercantilizada e, por isso, espaço de experimentação de novas formas de se produzir, consumir e decidir coletivamente, mais eficientes, justas e sustentáveis do que os sistemas de mercado.

Apesar do otimismo renovado pela emergência das TICs no século XXI e pela própria falência do projeto neoliberal desde a crise de 2008, alguns autores atentam para as contradições e inconsistências originadas de um possível ciberutopismo. Para Rendueles (2016), as TICs têm se apresentado como panacéia universal para a resolução de todos os problemas, quando, em verdade, não apresentam possibilidades concretas de descolamento das cadeias de valor das grandes empresas globais, e, além de não contribuir para o que no limite seria a integração entre os povos e a constituição do gênero “humanidade”, poderiam inclusive estar contribuindo para a piora nas relações entre as pessoas, os povos e na qualidade dos sistemas decisórios. Harvey (2014), por sua vez, vê certo exagero e descuido em Hardt e Negri (2008), procurando levar a reflexão sobre os sistemas decisórios alternativos ao limite, contrapondo propostas de organização política a partir das cidades (um bem comum, possível *locus* de organização substituto do ambiente de trabalho no século XX), observando as experiências de movimentos sociais contemporâneos, apontando os problemas e desafios para superação do capitalismo, com foco na protagonismo cidadão.

### **Considerações finais**

Os requisitos, problemas e desafios para a concretização de um modo de produção de bens comuns comunitário, eficiente e participativo à escala global não são debatidos de forma prática e sistemática sob a perspectiva marxista, cujas discussões apontam na maioria das vezes para os princípios de um período de transição à guisa de uma teoria totalizante da história da humanidade. Durante o século XIX, houve debates acerca de programas de revoltas populares ou de partidos que se estruturavam à época que, no entanto, pouco ultrapassavam as linhas gerais de medidas para proporcionar a dignidade básica da população e medidas de negação da dominação do poder de classe aos capitalistas. No que

se refere à reflexão sobre o período de transição, destaca-se nesse momento a compreensão de um inevitável **embate entre a “forma” herdada e o “conteúdo” desejado** para uma sociedade livre e a importância de se descobrir um mecanismo de distribuição individual e coletiva dos recursos, bens e serviços adequado ao novo modo de produção – no qual inexistia a longo prazo o dinheiro como instrumento de mediação de valores. O advento das revoluções socialistas ao longo do século XX, propiciou o controle do Estado por dirigentes e um debate de cunho pragmático, sobre a constituição de formas de se organizar o trabalho, a política, a infraestrutura e a vida social, apontando para limitações que sugerem um momento em que as forças produtivas do modo de produção capitalista ainda não pareciam plenamente constituídas, uma vez que a análise das experiências adotadas em diversos países ressaltou a emergência de problemas de traços semelhantes para o período de transição, independentemente da conjuntura espaço-temporal encontrada: a **necessidade de uma acumulação primitiva socialista**, a vigência do **valor enquanto categoria persistente de mediação** entre os bens/serviços e as pessoas e a importância da **consciência**, o **trabalho voluntário** e a **educação** aludidas como elementos de superação da alienação do trabalho e do próprio período de transição.

Recentemente, alguns autores têm apontado para a revolução das TICs sobre o modo de produção capitalista, evocando seus principais componentes (algoritmos/big data, machine learning, internet das coisas, georreferenciamento etc.) como catalizadores da chamada “economia do compartilhamento” e da “produção e gestão dos bens comuns” como formas diferenciadas, “concorrentes” e superiores de organização do modo de produção, na medida em que propiciam forte redução de custos em muitos setores, conseguem operar não apenas com recursos escassos, prescindem da propriedade privada, absorvem “externalidades”, possibilitam a livre associação entre as pessoas, dentre outras características que apontam para um modo de produção necessariamente distinto ao observado no capitalismo. Apesar da inexistência de um evidente movimento coordenado de agentes econômicos e políticos pós-capitalistas para a superação da economia baseada em grandes empresas globais, e das TICs terem demonstrado recentemente seu grande poder de desinformar e dividir populações e grupos sociais em processos eleitorais no mundo todo, o fato de a “economia da informação” conter premissas que necessariamente se chocam com a essência do funcionamento do modo de produção capitalista merece

atenção e exige estudos posteriores, que procurem avançar na reflexão entre as tendências do período contemporâneo, os desafios herdados dos “períodos de transição” anteriores e o conteúdo desejado para uma sociedade livre em escala global. Estaríamos, finalmente, em vias de uma possibilidade concreta de constituição dessa sociedade ou estamos repetindo o “erro” de momentos anteriores, quando anunciaram a existência de condições suficientes para a emancipação humana?

## **Bibliografia**

ALMEIDA JUNIOR, Antonio. O Materialismo dialético aplicado à transição entre capitalismo e comunismo: um resgate da teoria dos modos de produção. In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política**. Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Paulo. Marx: Estado, política e capital – notas. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Economia Política**. Florianópolis, 2014.

AUGUSTIN, André. Marx e a impossibilidade da manutenção do Estado e do mercado em uma sociedade socialista. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política**. Belo Horizonte, 2013.

AUGUSTIN, André. Gestão das fábricas na URSS: é possível um taylorismo socialista? In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Economia Política**. Florianópolis, 2014.

BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. **O problema da crise capitalista em O Capital de Marx**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BERG, Tábata. Trabalho e Habitus: categorias ontológicas sob a luz da teoria marxiana. In: RANIERI, Jesus (org.). **Além do véu de névoa: leituras e reflexões em torno de O Capital**, de Karl Marx. Série Ideias 14. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2018.

DOBB, Maurice; SWEEZY, Paul (et alli). **A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge, 2009.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBSBAWN, Eric. Prefácio. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARX, Karl. **A Ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política (Livros I e III). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MASON, Paul. **Pós-capitalismo**: um guia para nosso futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Ubu, 2018.

PRADO, Eleutério; PINTO, José Paulo Guedes. Posição e desmedida do valor. In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política**. Rio de Janeiro, 2012.

PRIESTLANT, David. Comunismo: haverá uma “quarta onda”? **Outras Palavras**: comunicação compartilhada e pós-capitalismo, 2017. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/comunismo-havera-uma-quarta-onda/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

RENDUELES, Cesar. **Sociofobia**: mudança política na era da utopia digital. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**: os perigos da uberização. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

TAIBO II, Paco Ignacio. **Ernesto Guevara, tambien conocido como El Che**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TROTSKY, Leon. **O Programa de transição**: documentos da IV Internacional. São Paulo: Iskra, 2008.